

Disputa entre pagar juros ou investir mais

O argumento mais forte que os ministros Antonio Palocci (Fazenda) e Paulo Bernardo (Planejamento) têm usado para convencer o presidente Lula da necessidade de se aumentar o superávit primário de 4,25% para 5% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos cinco anos é o comportamento mais favorável do mercado financeiro. Segundo os ministros, a garantia de um ajuste prolongado das contas públicas criaria um ambiente positivo entre os investidores, afetando positivamente o cenário da

para a reeleição presidencial. Na versão da equipe econômica, uma política fiscal mais forte possibilitaria o pagamento de parcelas maiores dos juros sobre a dívida, o que ajudaria o Banco Central a cortar os juros num ritmo mais acelerado, influenciando as expectativas dos investidores privados. O resultado de tudo isso seria mais investimento das empresas e um melhor desempenho econômico.

No contra-ataque, a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, argumenta que os cortes de gastos

do governo têm se concentrado principalmente nos investimentos públicos, tanto em obras quanto em programas sociais. Para ela, além de dificultar o funcionamento do governo, os cortes também limitam a expansão econômica, pois obras de infraestrutura importantes estão sendo adiadas. Dilma acredita que um superávit de 4,25% do PIB, aliado ao novo cenário de queda de juros, é suficiente para continuar a trajetória de redução da dívida pública, hoje em 51,4% do PIB.

Gestão

"Pegamos o governo com superávit de 3,75% do PIB, aumentamos para 4,25% em 2003 e produzimos 4,6% em 2004. Esse valor é alto o suficiente", afirma parlamentar petista com trânsito no Palácio do Planalto. No início do go-

verno, a escalada no esforço fiscal foi necessária para afastar a desconfiança do mercado, argumenta. Agora, nova elevação seria desnecessária. "Não dá para estrangular ainda mais a capacidade de investimento público", ressalta.

Para a professora Margarida Gutierrez, do Grupo de Conjuntura Econômica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mais do que discutir o aumento da meta de superávit, o governo deve centrar discussões para melhorar a qualidade dos gastos públicos. É aí, segundo ela, que está o grande nó fiscal. "Com gestão melhor de recursos, certamente será possível garantir investimentos em infraestrutura e na área social e, ao mesmo tempo, reduzir a relação entre a dívida pública e o PIB, como quer a equipe econômica", afirma. (RA e VN)